



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal Folha de São Paulo**

Publicada em 23 de março de 2005

Jornalista: O Brasil vai cumprir todos os oito objetivos até 2015?

Presidente: O cumprimento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) depende de 18 metas que a ONU definiu para serem acompanhadas até o ano de 2015. Podemos dizer, sem nenhum exagero, que o Brasil caminha na direção do cumprimento da maioria das metas. Estão praticamente alcançadas as metas 1 e 2, de redução à metade da pobreza e da fome; a meta número 3, de garantir que até 2015 todas as crianças de ambos os sexos terminem um ciclo completo de ensino; e a meta número 4, de eliminar as disparidades entre os sexos no acesso a todos os níveis de ensino. Em outros casos o alcance da meta vai depender do ritmo de avanços obtidos até 2015, com base não só num grande esforço nosso, mas também dos próximos governos brasileiros. É o caso da meta número 5, reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade, da meta 6, reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna, e da meta 10, reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente à água potável. Já o oitavo objetivo do milênio, que é estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, depende basicamente das ações dos países desenvolvidos, no sentido de fomentar o progresso nas nações mais pobres. Mesmo assim, a política externa brasileira tem feito a sua parte, defendendo e incentivando essas ações em todos os fóruns de que participamos.

Jornalista: Qual o mais fácil e o mais difícil de alcançar os resultados?



Presidente: Veja, por um lado, essas metas que o Brasil já alcançou ou está por alcançar poderiam ser consideradas as mais fáceis. Já as metas 10 e 11, que dizem respeito a saneamento e habitação, poderiam ser tidas como mais difíceis, pois o Brasil encontra-se em um patamar que requer grandes investimentos – não apenas do governo federal, mas também dos estados, dos municípios e da iniciativa privada. E as metas de saúde, seguindo no raciocínio, se encontrariam em posição intermediária. Mas, para sermos rigorosos, estamos iniciando um amplo processo de discussão no âmbito do Governo, do Sistema Nações Unidas e da sociedade civil para verificar se tais metas deveriam ser “tropicalizadas”, ou seja, adaptadas ou reorientadas à realidade nacional. Para que a gente se proponha a avançar ainda mais. O fato de o Brasil ter praticamente alcançado a meta prevista para redução da pobreza, levando-se em conta o indicador sugerido pela ONU (dólar PPC), por exemplo, não significa que o País resolveu definitivamente esse problema. Temos que ir adiante. É por isso que estamos apresentando indicadores adicionais para o acompanhamento das metas e objetivos propostos pela ONU no Relatório Nacional de Acompanhamento.

Jornalista: O Governo vai lançar mão de algum esforço especial, além do que tem sido feito, para atingir as metas?

Presidente: Boa parte das ações do Governo diz respeito, mesmo que não explicitamente, aos objetivos e metas estabelecidos pela ONU. O Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, que eu mencionei, tem uma seção específica para identificar essas políticas – e já reconheceu várias iniciativas nossas nesse sentido. Foram destacados o Bolsa-Família para alcançar o objetivo 1, o Fundef para alcançar o objetivo 2, o Programa Saúde da Família para o objetivo 4, o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento para o objetivo 5, o Programa Brasileiro de DST/Aids para o objetivo 6 e o



Programa Nacional de Florestas para o objetivo 7. Este governo está afinado com as metas da ONU. Caminhamos decididamente na direção do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social e distribuição de renda.

Jornalista: A ONU reconhece que o Brasil vem tomando a liderança mundial para que os países atinjam os objetivos do milênio. Até que ponto isso é importante para a nação?

Presidente: É fundamental. Vivemos em um mundo globalizado, de economias interdependentes. Fazer bem a lição de casa e brigar por uma ordem econômica mundial mais justa não é apenas uma questão de coerência. Essas são políticas indissociáveis hoje em dia. Aquela idéia de que as forças do mercado seriam capazes de promover automaticamente o desenvolvimento econômico nos países que aplicassem políticas de boa governança, de liberalização dos mercados e de privatização da atividade econômica tem sido desafiada pelo aumento da pobreza mundial. Atualmente, uma em cada cinco pessoas no mundo – cerca de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas – vivem com menos de um dólar por dia, segundo dados do PNUD. Essa situação é insustentável. Não é possível que, em pleno século XXI, com todos os avanços tecnológicos e de produtividade que alcançamos, milhões de pessoas nos mais diversos continentes continuem a padecer das seqüelas decorrentes da fome, não tenham acesso aos níveis básicos de educação, ao saneamento básico ou sequer à água potável. É por isso que o Brasil tem defendido propostas próximas às apresentadas pelos ODM em todos os fóruns internacionais de que participa. E vem se tornando uma referência mundial no que diz respeito à implementação de políticas de redução da fome, da pobreza e das desigualdades. Trata-se de um compromisso ético e moral que cidadãos e Governos deveriam assumir. Como disse certa vez o companheiro James



Grant, ex-Diretor do UNICEF, “o problema não é que falhamos na tentativa de erradicar a pobreza no mundo. O problema é que nunca fizemos uma tentativa conjunta séria”. É preciso colocar a questão na agenda mundial e fazer essa tentativa.

Jornalista: Segundo especialistas, alguns objetivos serão atingidos, mas ainda haverá uma visível desigualdade regional. O caso da mortalidade infantil é emblemático. O Brasil tem localidades com índices de países desenvolvidos e outras comparáveis a países pobres. O que se pode fazer para atenuar as diferenças?

Presidente: Inicialmente, deve-se ressaltar que uma importante conclusão do Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM foi exatamente o fato de que as desigualdades regionais estão se reduzindo em diversas áreas no Brasil, merecendo ênfase a educação. O mesmo está ocorrendo também com a mortalidade infantil. Esta é uma questão prioritária para nós. Reduzir as desigualdades regionais que ainda persistem no País tem sido uma obsessão do companheiro Ciro Gomes, à frente do Ministério da Integração Nacional. Sei que ainda temos muito a fazer. Mas não vamos medir esforços para atuar de forma rápida e abrangente nesse sentido.

Jornalista: De todos os oito objetivos, qual o mais prioritário para o Brasil?

Presidente: Um dos principais méritos dos ODM é exatamente o de assumir que a complexidade dos problemas sociais exige tratamento multi-setorial e integrado. Está claro que não será um único programa, ou conjunto de programas setoriais, que acabará com a pobreza e a exclusão social no Brasil e no mundo. Dessa forma, pode-se afirmar que todos os objetivos são essenciais. Considera-se que o objetivo número 8, que diz mais respeito às



ações por parte das nações mais ricas em prol das mais pobres, seja fundamental para que o mundo como um todo alcance os objetivos. Estimativas da própria ONU e do Banco Mundial apontam a necessidade, para o financiamento das metas, de alocação de recursos na ordem de US\$ 50 bilhões por ano dos países ricos. Se eles não cumprirem com a parte deles, dificilmente os demais objetivos serão alcançados como um todo no planeta. Mas se você me pergunta qual o objetivo humanitariamente mais relevante, eu diria que é o primeiro, a redução à metade da extrema pobreza e da fome no mundo. No entanto, repito, essas são questões integradas. Caso os demais objetivos não sejam cumpridos, dificilmente o número 1 o será. Ficar elegendo prioridades entre os oito objetivos é prejudicar o que talvez seja a maior riqueza dessa discussão toda – uma ação conjunta, nas mais diversas áreas, para erradicar a pobreza e a fome no planeta.

Jornalista: A classe empresarial e o terceiro setor têm se envolvido em muitos dos objetivos. Há críticos de iniciativas de responsabilidade social que consideram que essas ações escondem o papel menos responsável que o Estado vem adquirindo nos últimos anos. É uma crítica pertinente? Por quê?

Presidente: Não concordo com essa crítica. A idéia original da ONU é mobilizar a todos, Estados Nacionais e sociedade civil, em um esforço conjunto na busca de soluções para os graves problemas do mundo. Em nenhum momento se diz que o Estado possa abrir mão de suas atribuições. O objetivo é de somar esforços, não de empurrar competências. E o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM divulgado em setembro de 2004 reconhece as iniciativas que o nosso governo vem tomando para alcançar cada um dos objetivos.



Jornalista: De acordo com Carlos Lopes, representante da ONU e do PNUD no Brasil, alguns países ricos estão resistentes ao objetivo 8, que inclui o perdão e a amortização da dívida externa de países pobres, o aumento da ajuda financeira e a eliminação dos subsídios agrícolas. Corre-se o risco de os objetivos ficarem apenas no papel?

Presidente: Espero sinceramente que não. O governo brasileiro, desde janeiro de 2003, em Davos, tem defendido a necessidade de um novo ordenamento econômico e social no mundo capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social. Já em Evian, por ocasião da Cúpula Ampliada do G-8, reiteramos esse objetivo, sugerindo a criação de um fundo internacional concebido exclusivamente para o combate à fome e à pobreza, além de clamar para a necessidade de estabelecimento de fontes alternativas de financiamento ao desenvolvimento dos países pobres. Em setembro de 2003, por ocasião da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil, a Índia e a África do Sul criaram o Fundo Fiduciário IBAS de Alívio à Fome e à Pobreza. No ano seguinte, uma nova parceria foi estabelecida pelo governo do Brasil com os governos da França, do Chile e da Espanha, com vistas a um programa de ação para identificar fontes alternativas de financiamento e de combate à pobreza e à fome. Várias fontes de recursos podem ser canalizadas para o programa, de contribuições voluntárias de empresas socialmente responsáveis à taxação sobre transações financeiras e o comércio de armas. Em janeiro deste ano, em Davos, juntou-se à nossa iniciativa o chanceler Schroeder, da Alemanha. Como se vê, o debate tem avançado, e muito. E o governo brasileiro vai continuar contribuindo de todas as formas para que os ODM sejam alcançados, não apenas aqui, como no mundo todo.